



MEDIDAS DE COMBATE À CRISE COVID-19 | IMPACTOS PARA A RADIODIFUSÃO

TEMA	MEDIDA	DATA	TEOR	APLICAÇÃO AO SETOR	STATUS
Processual	Portaria 174/2020	29/07/2020	Estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão, do Ministério das Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	Suspende até 31 de agosto de 2020 os prazos nos processos administrativos em trâmite no âmbito da SERAD para apresentação de defesa, recurso, resposta a exigências, cumprimento de diligências, aprovação de local (APL) e licenciamento de estações. Após o dia 30 de junho, os prazos fluirão pelo tempo remanescente. Também fica suspenso, até 31 de agosto de 2020, o atendimento presencial de partes, advogados e interessados.	Em vigor
Radiodifusão	Portaria 141/2020	24/07/2020	Regulamenta o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens.	As concessionárias de TV interessadas em retransmitir seus sinais em caráter primário poderão, a qualquer tempo, requerer por meio de sistema eletrônico ao Ministério das Comunicações autorização para execução do serviço de RTV e utilizar, preferencialmente, o seu canal de rede. As empresas poderão, a qualquer tempo, requerer autorização ao Ministério das Comunicações para execução do serviço de RTV em caráter secundário. O serviço de RTV somente será autorizado para municípios onde não haja concessionária de TV de mesma programação básica ou outra pessoa jurídica autorizada a executar o serviço de RTV de mesma programação básica.	Em vigor
Aumento de Receita	Lei 14027/2020 (MP 932/2020)	21/07/2020	Estabelece regras acerca da distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão ou por organizações da sociedade civil.	Possibilita o aumento de recursos para investimento em equipamentos de alta tecnologia no setor, levando cultura, informação, entretenimento e educação do norte a sul do País.	Em vigor
Tributário	Lei 14025/2020 (MP 932/2020)	15/07/2020	Reduziu em 50%, por três meses (abril, maio e junho), as contribuições recolhidas pelas empresas para financiar o Sistema S.	Permite às empresas redirecionar recursos para ampliação de investimentos no setor, bem como a manutenção de empregos	Em vigor
Trabalhista	Decreto 10420/2020	14/07/2020	Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.	Permite às empresas prorrogar por mais 60 dias a suspensão de contratos e por mais 30 dias a redução da jornada de trabalho e de salário. A suspensão do contrato poderá ser fracionada, em períodos sucessivos ou intercalados, iguais ou superiores a dez dias.	Em vigor
Trabalhista	Lei 14020/2020 (MP 936/20)	07/07/2020	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade.	Permite às empresas suspender o contrato de trabalho temporariamente de seus colaboradores ou reduzir a jornada, por meio de acordo individual, mantendo o valor do salário hora. A Lei garante o pagamento, pelo governo federal, de uma parte do seguro-desemprego por até 60 dias ao trabalhador com contrato suspenso ou por até 90 dias se o salário e a jornada forem reduzidos. Após o restabelecimento da jornada e salário, é garantida também ao empregado a permanência no emprego pelo período equivalente ao acordado para a redução ou suspensão.	Em vigor
Tributário	Portaria 1087/2020	01/07/2020	Suspensão de prazos da RFB para práticas de atos processuais e procedimentos administrativos.	Assegura a suspensão, até 31/07/20, com possibilidade de prorrogação de: a) Prazos para prática de atos processuais no âmbito da Receita Federal do Brasil; b) Procedimentos administrativos de emissão eletrônica automatizada de aviso de cobrança e intimação de pagamento de tributos; c) Registro de inapetição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) motivado por ausência de declaração; d) A possibilidade de decadência e prescrição do crédito tributário; e) o procedimento especial de verificação da origem dos recursos aplicados em operações de comércio exterior e combate à interposição fraudulenta de pessoas e aos decorrentes de operação de combate ao contrabando e descaminho.	Em vigor

Tributário	Portaria 15413/2020	01/07/2020	Prorroga a suspensão de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União e prorroga o prazo de adesão à transação extraordinária.	Prorroga, no âmbito da PGFN, até 31 de julho a suspensão de prazos: a) para impugnação e o prazo para recurso de decisão proferida no âmbito do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade (PARR); b) para apresentação de manifestação de inconformidade e o prazo para recurso contra a decisão que a apreciar no âmbito do processo de exclusão do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert); c) para oferta antecipada de garantia em execução fiscal, o prazo apresentação de Pedido de Revisão de Dívida Inscrita (PRDI) e o prazo para recurso contra a decisão que o indeferir; d) para apresentação a protesto de certidões de dívida ativa; e) para instauração de novos PARRs; f) para início de procedimentos de exclusão de contribuintes de parcelamentos administrados pela PGFN; Estende até 31 de julho o prazo para adesão à realização da transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, cuja inscrição e administração incumbam à PGFN, em razão dos efeitos da pandemia causada na capacidade de geração de resultados dos devedores inscritos na dívida ativa da União.	Em vigor
Licenciamento	Decreto 10405/2020	25/06/2020	Amplia prazos para licenciamento das emissoras	O decreto altera prazos para solicitação do licenciamento de estações de radiodifusão e para o início das operações pelas empresas que prestam os serviços. Ele também corrige a situação de que qualquer descumprimento da norma ensejaria na cassação da outorga. A nova proposta adequa as regras do contrato ao disposto na Lei 4117/62, evitando medida desproporcional.	Em vigor
Direitos de Transmissão	MP 984/2020	18/06/2020	Determina que direitos de transmissão ou reprodução das partidas esportivas pertencem ao clube mandante do jogo, alterando a Lei Pelé, que previa o chamado “direito de arena” entre o dono da casa e o adversário da partida.	Autoriza que a emissora de TV ou rádio interessada em exibir a partida precisará negociar apenas com um time, e não mais dois. Também permite que emissoras de rádio e TV, inclusive por assinatura, patrocinem ou veiculem sua marca nos uniformes das equipes participantes da competição.	Em vigor/ tramita no Congresso
Tributário	Portaria 245/2020	17/06/2020	Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais.	Prorroga para outubro o prazo para pagamento de contribuições previdenciárias e PIS/COFINS relativas às competências de maio.	Em vigor
Adiamento das sanções da LGPD	Lei 14010/2020 (PL 1179/2020)	12/06/2020	Cria o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do Coronavírus (Covid-19).	Adia para 1º de agosto de 2021 a entrada em vigor dos dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) referentes à aplicação de sanções administrativas.	Em vigor
Crédito	MP 975/2020	02/06/2020	Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.	Prevê, por parte da União, o aporte de até R\$ 20 bilhões no Fundo Garantidor de Investimentos destinado exclusivamente para a cobertura das operações contratadas no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito. O Programa é destinado a empresas que tenham sede ou estabelecimento no País e tenham auferido no ano-calendário de 2019 receita bruta superior a R\$ 360 mil e inferior ou igual a R\$ 300 milhões.	Em vigor/ tramita no Congresso
Crédito	Lei 13999/2020 (PL 1282/2020)	19/05/2020	Institui o Programa Nacional de Apoio as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – PRONAMPE para o desenvolvimento e fortalecimento dos pequenos negócios.	Concede de linha de crédito especial até o valor de 30% do valor da receita bruta da empresa em 2019. A União concederá uma garantia de até 85% do valor emprestado. O limite global dessa garantia para todos os empréstimos seria de R\$ 15,9 bilhões, por meio do Fundo Garantidor de Operações.	Em vigor
Contábil	IN RFB 1950/2020	13/05/2020	Prorroga o prazo de apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2019.	Prorroga até o último dia útil do mês de julho de 2020, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial da pessoa jurídica, o prazo para transmissão da ECD referente ao ano-calendário de 2019. A medida confere mais tempo para as empresas atenderem esta obrigação acessória.	Em vigor
Tributário	Portaria 201/2020	12/05/2020	Prorroga o prazo para pagamento do parcelamento de tributos federais, administrados pela Receita Federal e pela PGFN, com vencimento em maio, junho e julho. A medida não se aplica aos parcelamentos de tributos do Simples Nacional.	Os vencimentos das parcelas dos programas de parcelamentos de tributos ficam prorrogados até o último dia útil do mês: I - de agosto de 2020, para as parcelas com vencimento em maio de 2020; II - de outubro de 2020, para as parcelas com vencimento em junho de 2020; e III - de dezembro de 2020, para as parcelas com vencimento em julho de 2020.	Em vigor
Prorrogação LGPD	MP 959/2020	29/04/2020	Prorroga para 3 de maio de 2021 a entrada em vigor da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.	O adiamento da entrada em vigor da LGPD permite que o setor possa centrar seus esforços na superação do atual momento de crise, continuando a prestar o serviço essencial para a sociedade.	Em vigor/ tramita no Congresso
Crédito	MP 958/2020	27/04/2020	Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus	Dispensa, até 30/09, bancos públicos de exigirem das empresas uma série de documentos na hora da tomada de novos créditos ou de renegociações de dívidas, como: Certidão Negativa de Débito (CND), Certidão negativa de inscrição de dívida ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente, Certificado de Regularidade do FGTS, entre outros.	Em vigor/ tramita no Congresso
Tributário	MP 952/2020	15/04/2020	Prorrogação do prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações. Emendas que atendem ao setor: Nº 16 - permite que empresas de rádio e TV parcelem em até 60 mensalidades: a TFF; a Condecine; e o preço de outorga ofertado em licitações ocorridas até a publicação do decreto de calamidade pública no país. Nº 17 - estende até 31/12/2022 a desoneração da folha para empresas de rádio e TV. Nº 66 - prorroga prazos de vencimento dos débitos não tributários administrados pela Anatel.	Adia o prazo para pagamento do Fistel, da Condecine-Teles e da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) referentes maço. O pagamento poderá ser efetuado: a) em parcela única, com vencimento em 31/08/2020; ou b) em até 5 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento no último dia útil de cada mês, hipótese em que a primeira parcela vencerá em 31 de agosto de 2020. As parcelas serão corrigidas apenas pela taxa Selic, sem incidência de multa ou juros adicionais.	Em vigor/ tramita no Congresso

Tributário	Portaria 150/2020	08/04/2020	Altera a Portaria 139, de 3 de abril de 2020, que prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais., para incluir as contribuições incidentes sobre o faturamento.	Prorroga para julho e setembro o prazo para pagamento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) relativa às competências de março e abril, respectivamente.	Em vigor
Rádiodifusão	Decreto 10312/2020	04/04/2020	Ampliação, temporária, do escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de rádiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19.	Por meio de convênio, as detentoras de outorga poderão usar o recurso de multiprogramação para transmitir programações simultâneas em, no máximo, quatro faixas de programação.	Em vigor
Crédito	MP 944/2020	03/04/2020	Programa Emergencial de Suporte a Empregos.	Assegura linha de crédito para empresas e cooperativas com receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00, calculada com base no exercício de 2019.	Em vigor/ Aguarda sanção presidencial
Tributário	IN 1932/2020	03/04/2020	Prorroga o prazo da apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).	Prorroga, até 15/07/20, a apresentação da DCTF; e prorroga, até 10/07/20, a apresentação Escriturações Fiscais Digitais da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições), inclusive nos casos de extinção, fusão e cisão total ou parcial.	Em vigor
Tributário	Portaria 139/2020	03/04/2020	Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais.	Prorroga para julho e setembro o prazo para pagamento de contribuições previdenciárias relativas às competências de março e abril, respectivamente; e prorroga para julho e setembro os prazos para recolhimentos das contribuições de PIS/COFINS relativas às competências de março e abril, respectivamente.	Em vigor
Tributário	Decreto 10305/2020	02/04/2020	Redução a zero as alíquotas do IOF entre 3 de abril de 2020 e 3 de julho de 2020.	Com a suspensão do tributo, haverá redução do custo das linhas de crédito.	Em vigor
Tributário	Portaria Conjunta 555/2020	24/03/2020	Prorroga o prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND).	Com a validade estendida dos documentos, as empresas evitam gastos para gerar novos documentos.	Em vigor
Trabalhista	MP 927/2020	22/03/2020	Medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus - Diferimento do FGTS (3 meses).	Possibilidade de concessão, aos empregos, de férias individuais ou coletivas e efetuar o pagamento do terço até 20/12, utilizar os dias em casa como antecipação dos próximos feriados, instituir um banco de horas negativo (o empregado folga agora e depois ele trabalha a mais para compensar esses dias). Permite, ainda, postergar o pagamento do FGTS pertinente as competências de março, abril e maio de 2020 e pagar esses valores de forma parcelada sem juros posteriormente.	Em vigor/ tramita no Congresso
Serviço Essencial	Decreto 10288/2020	22/03/2020	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir as atividades e os serviços relacionados à imprensa como essenciais.	Assegura à rádiodifusão o status de serviço indispensável ao atendimento da sociedade. Viabiliza a reivindicação de tratamento diferenciado para manutenção dos serviços.	Em vigor
Comitê de Crise - MCTIC	Portaria 1153/2020	20/03/2020	Abratel integra o Comitê de crise do MCTIC.	Assegura a defesa dos interesses de todos os associados nas instâncias decisórias durante o momento de crise.	Em vigor
Tributário	Ofício Abratel - ECAD	20/03/2020	Pedido de tratamento diferenciado para manutenção e ampliação do serviço essencial.	A partir do dia 1º de maio de 2020, as emissoras de rádio terão: a) Prorrogação do convênio por um ano, até 30 de abril de 2021; b) Desconto nas parcelas com vencimento em maio, junho e julho de 2020, no valor de 40% cada (25% do convênio Abratel/ECAD +15% em razão da crise do COVID-19); c) Não incidência de correção monetária até dezembro de 2020; d) E, as demais parcelas, a partir de agosto, terão redução de 25% (desconto-padrão do convênio Abratel/ECAD).	Em vigor
Tributário	Portaria ME nº 103/2020; Portarias PGFN 7.820 e 7.821	18/03/2020	Suspensão dos atos de cobrança e facilitação da renegociação de dívidas em decorrência da pandemia.	Permite o procedimento da transação extraordinário por meio da plataforma Regularize. É cabível para todos os contribuintes, sendo que, para a adesão, é necessário pagamento de 1% do valor integral da dívida existente dividido em três parcelas iguais e sucessivas.	Em vigor
Tributário	Ofício Abratel - Kantar Ibope	18/03/2020	Pedido de tratamento diferenciado para manutenção e ampliação do serviço essencial.	Concessão de 30% de desconto nas faturas mensais de audiência de rádio (Produtos: Easy Media / Planview Radio) para todas as emissoras de rádio assinantes do serviço durante os meses de abril, maio e junho de 2020. A concessão será realizada sem qualquer ônus contratual para as rádios assinantes.	Em vigor

PENDÊNCIAS - PROCESSOS EM ANDAMENTO/ NEGOCIAÇÃO

Desoneração da folha	Veto 26/2020	07/07/2020	Vetos referentes à MP 936/20, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.	O principal ponto vetado foi a prorrogação do prorrogama de desoneração da folha até dezembro de 2021.	Aguarda votação
Tributário	PLP 9/2020	13/02/2020	Possibilita aos que estão enquadrados no regime do Simples Nacional a adesão à transação tributária.	Permite que microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no Simples Nacional celebrem acordo com a Fazenda Pública para extinguir dívida tributária e encerrar litígios; e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.	Aguarda sanção presidencial

Tributário	PL 2735/2020	18/05/2020	Institui o Programa Extraordinário de Regularização Tributária da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em decorrência do estado de calamidade pública pela pandemia de COVID/19 - PERT-COVID/19	Permite que interessados, pessoas físicas e jurídicas, participem do programa de parcelamento no prazo de até 90 dias após o fim do estado de calamidade pública declarado em decorrência da pandemia do coronavírus.	Aguarda votação
Tributário	PL 2169/2020	24/04/2020	Altera a lei do contribuinte legal para prever o Programa Especial de Regularização Tributária por força de Calamidade Pública (PERTCP).	Cria o Programa Especial de Regularização Tributária por força de Calamidade Pública (PERTCP) com o intuito de permitir que empresas afetadas pela crise decorrente da pandemia possam aderir ao plano de recuperação fiscal. Podem ser quitados natureza tributária ou não tributária, vencidos até o último dia em que vigorar o decreto de calamidade pública, de pessoas jurídicas, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial.	Aguarda votação
Crédito	PL 1128/2020	30/03/2020	Dispõe sobre a concessão de empréstimos para empresas do setor privado, com juros subsidiados e carência e prazos facilitados, para quitação da folha de pagamento no período de até três meses	Assegura que a União disponibilizará total de duzentos e setenta bilhões de reais às empresas do setor privado ao longo de três meses (noventa bilhões por mês), a título de empréstimo subsidiado, exclusivamente para quitação da folha de pagamentos durante o estado de calamidade pública.	Aguarda votação
Tributário	Ofício Abratel - SES	27/03/2020	Pedido de tratamento diferenciado para manutenção e ampliação do serviço essencial.	Possibilidade de isenção, por 6 meses, do pagamento pela disponibilização do sinal por meio de banda satelital	Aguarda decisão
Tributário	Ofício Abratel - Intelsat	27/03/2020	Pedido de tratamento diferenciado para manutenção e ampliação do serviço essencial.	Possibilidade de isenção, por 6 meses, do pagamento pela disponibilização do sinal por meio de banda satelital	Aguarda decisão
Tributário	PL 985/2020	25/03/2020	Suspende a contribuição previdenciária patronal (por 60 dias) e proíbe de multa pelo atraso de documento fiscal/contábil.	Além suspender a Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) por 60 dias, prorrogáveis por mais 30, veda a aplicação de multa pelo descumprimento de prazos para apresentação de declarações e documentos fiscais relativos a tributos federais.	Aguarda votação
Tributário	Ofício MCTIC	24/03/2020	Pedido de tratamento diferenciado para manutenção e ampliação do serviço essencial.	Possibilidade de obtenção dos seguintes pleitos: a) Prorrogação do vencimento do FISTEL (TFF) + CFRP + CONDECINE-Teles; b) Decreto que regulamenta casos excepcionais de maior flexibilização e dispensa da veiculação Voz do Brasil; c) Flexibilização do Pagamento de Energia Elétrica – Insumo para a Radiodifusão; Insumos para o exercício da atividade; Suspensão de Prazos Processuais no MCTIC.	Aguarda decisão Obs: Anatel suspendeu por 15 dias o pagamento do Fistel
Tributário	Ofício Abratel - StarOne	24/03/2020	Pedido de tratamento diferenciado para manutenção e ampliação do serviço essencial.	Possibilidade de isenção, por 6 meses, do pagamento pela disponibilização do sinal por meio de banda satelital	Aguarda decisão
Tributário	Ofício PR/ME	19/03/2020	Pedido de tratamento diferenciado para manutenção e ampliação do serviço essencial.	Possibilidade de obtenção dos seguintes pleitos: a) Isenção dos seguintes tributos que incidem sobre o serviço da comunicação social: PIS-COFINS; CPFB; Contribuição ao RAT; Sistema S; PIS-COFINS e Contribuição Previdenciária Patronal, no caso de empresas optantes pelo Simples Nacional; b) Suspensão dos vencimentos das parcelas do Refis e PERT; c) Prorrogação da desoneração da folha de pagamento por mais dois anos; d) Revisão imediata do RAT de 3% para 1%; e) Conversão alternativa das contribuições ao Sistema S em recursos para custeio de planos de saúde e programas de treinamento e formação profissional aos empregados de cada empresa.	Aguarda decisão Obs: Aneel suspendeu cortes por falta de pagamento de serviços essenciais (RN 878/20)